



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

## PROJETO DE LEI 61/2025

“Institui o Serviço Municipal de Transporte por Aplicativo de Corumbá-MS – SMTAC, cria o aplicativo público municipal de transporte individual privado e estabelece diretrizes para sua operação, respeitada a livre concorrência, e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ-MS APROVA:

Art. 1º

Fica criado, no âmbito do Município de Corumbá-MS, o Serviço Municipal de Transporte por Aplicativo de Corumbá (SMTAC), com a finalidade de oferecer transporte remunerado privado individual de passageiros, mediante uso de tecnologia própria, respeitada a legislação federal, a livre concorrência e o interesse público.

Art. 2º

O SMTAC terá como objetivos:

- I – ampliar a oferta de transporte individual privado de passageiros no Município;
- II – oferecer alternativa acessível em áreas de baixa cobertura pelos serviços privados;
- III – promover maior inclusão social e digital no transporte urbano;
- IV – fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico no Município;
- V – garantir maior transparência e controle social sobre o serviço;
- VI – estimular o uso de veículos menos poluentes;
- VII – estimular a geração de empregos formais e informais ligados ao transporte individual privado;
- VIII – normatizar e regulamentar o serviço de transporte por aplicativo no Município, garantindo segurança jurídica aos motoristas e usuários.

Art. 3º

O aplicativo público do SMTAC será desenvolvido mediante termo de cooperação técnica e científica com o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) e com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), sem repasse de recursos a tais





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

instituições, e com caráter exclusivamente público e não comercial.

Art. 4º

O SMTAC poderá ser operado:

- I – por meio do aplicativo desenvolvido em parceria com o IFMS e a UFMS;
- II – em regime de cooperação com cooperativas ou associações de motoristas locais;
- III – mediante parcerias público-privadas (PPP) ou concessão administrativa para fins de expansão tecnológica ou operacional, observada a legislação específica.

Art. 5º

O serviço será facultativo aos motoristas devidamente cadastrados no Município e deverá observar os seguintes requisitos:

- I – manter-se em conformidade com a Lei Federal nº 13.640/2018 e a Lei Municipal nº 2.827/2022;
- II – estar habilitado com CNH categoria B ou superior, com a observação de EAR (Exerce Atividade Remunerada);
- III – veículo com até 10 (dez) anos de fabricação, devidamente licenciado;
- IV – seguro APP e inscrição no INSS como contribuinte individual;
- V – adesão voluntária ao SMTAC, sem prejuízo de operar em outras plataformas;
- VI – o aplicativo deverá informar ao usuário, no ato da solicitação da corrida, o valor total estimado da viagem, incluindo todos os encargos aplicáveis.

Art. 6º

O Município poderá:

- I – estabelecer política de tarifas sociais em áreas de interesse público ou baixa renda, mediante subsídio específico aprovado em lei orçamentária;
- II – incentivar a adesão de motoristas locais com isenção ou redução de taxas municipais nos primeiros 12 (doze) meses;
- III – garantir prioridade a veículos com menor emissão de poluentes no credenciamento do SMTAC.





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

## Art. 7º

A receita arrecadada pelo Município decorrente da operação do SMTAC será destinada exclusivamente a investimentos em reparos, manutenção e melhorias das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e das escolas públicas rurais municipais.

## Art. 8º

Os dados de operação do SMTAC serão públicos e disponibilizados em portal da transparência, preservados os dados pessoais dos usuários e motoristas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

## Art. 9º

Fica o Poder Executivo autorizado a:

- I – firmar os termos de cooperação com o IFMS e a UFMS para o desenvolvimento e manutenção do aplicativo do SMTAC;
- II – firmar convênios, termos de cooperação adicionais, concessões e PPPs para execução e expansão do SMTAC;
- III – regulamentar esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

## Art. 10

O serviço prestado no âmbito do SMTAC será em caráter autônomo, não gerando qualquer vínculo empregatício, funcional ou estatutário entre o Município e os motoristas credenciados.

## Art. 11

As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

## Art. 12

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa



DOC: 1750426598



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

O presente Projeto de Lei tem como objetivo regulamentar o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros realizado por meio de aplicativos ou plataformas tecnológicas no âmbito do Município de Corumbá-MS, nos termos da Lei Federal nº 13.640, de 26 de março de 2018, e em consonância com decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

A regulamentação se faz necessária para garantir maior segurança jurídica, fiscal e social à prestação do serviço, estabelecendo regras mínimas para o funcionamento das operadoras de aplicativos e para os motoristas que atuam no Município. Com isso, busca-se assegurar o equilíbrio entre a livre iniciativa e o interesse público, respeitando o direito dos usuários a um transporte eficiente, seguro e de qualidade.

Importante destacar que o STF, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.054.110, fixou o entendimento de que os Municípios podem regulamentar o serviço, desde que não criem restrições que inviabilizem ou impeçam o exercício da atividade. Assim, esta proposta observa os limites legais e constitucionais, prezando pela livre concorrência e pelo respeito ao princípio da liberdade econômica.

Além disso, o projeto visa permitir ao Poder Público Municipal o acompanhamento e a fiscalização das atividades, sem gerar ônus direto ao trabalhador individual, garantindo ao mesmo tempo o recolhimento de tributos devidos e a preservação do sigilo de dados pessoais dos usuários e motoristas.

Por fim, esta regulamentação é fundamental para atender ao interesse coletivo, promovendo o ordenamento do serviço no Município, contribuindo para a mobilidade urbana e para a geração de emprego e renda, especialmente em tempos de crise econômica.

Diante do exposto, submeto o presente projeto à apreciação dos nobres pares, contando com o apoio e aprovação desta Casa Legislativa.

CORUMBA/MS, 20 de Junho de 2025

---

Edinaldo Neves  
Vereador(a)

